

Greenpeace denuncia artifício do manejo

Para a organização Greenpeace, o manejo florestal vem sendo utilizado na Amazônia como um artifício que legitima a destruição da floresta

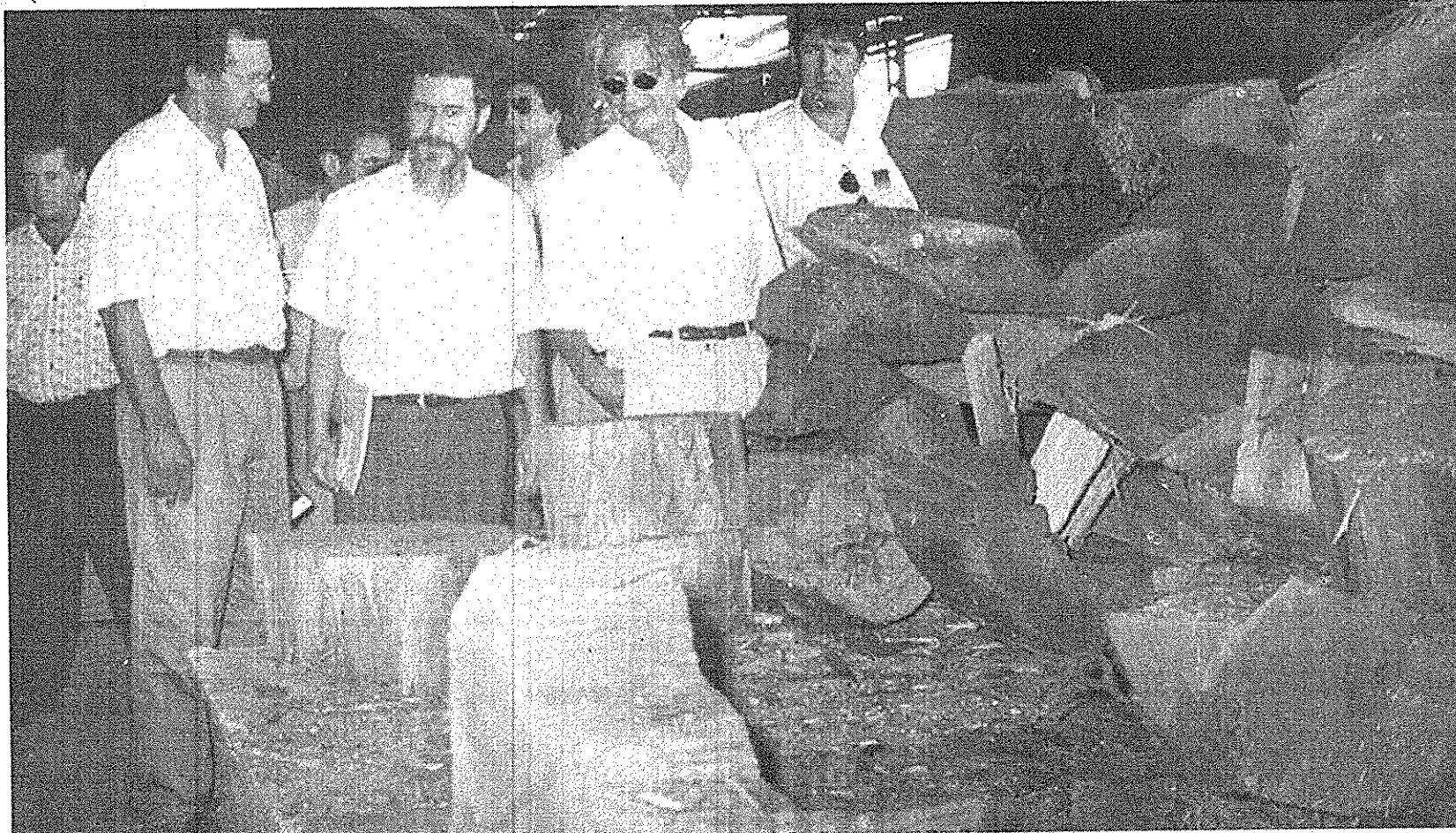
Hudson Braga

A Mil Madeireira e a Gethal terão muitas dificuldades para convencer os representantes da organização não-governamental (ONG) Greenpeace e da Comissão das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) de que o manejo florestal é a melhor alternativa racional de exploração da floresta. A necessidade de se buscar novas formas de exploração dos recursos naturais da Amazônia a partir de sua preservação e a inserção do índio nas discussões sobre a exploração da região foram as tônicas do primeiro dia de debates do terceiro seminário sobre Madeira e Desenvolvimento Sustentado que acontece no município de Itacoatiara (a 175 quilômetros de Manaus) até amanhã.

O coordenador do Greenpeace na Amazônia, Paulo Adário, 48, disse que o manejo florestal vem sendo utilizado na região como uma forma de legitimar a destruição. Segundo ele não há forma de se preservar a floresta sem que ela seja agredida. A ONG, que atua na região desde 1992, defende a criação de áreas de preservação total, até mesmo para o desenvolvimento de pesquisas.

Segundo Adário, cerca de 80% dos manejos aprovados pelo próprio Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) não estão praticando na realidade a legislação ambiental e muito menos os requisitos para a exploração racional da mata. "Se as cerca de 2,3 mil madeireiras atuantes na Amazônia tivessem que passar pelo crivo de instituições internacionais de certificação, nenhuma seria aprovada", garante.

Futuro preocupante - Paulo Adário aponta que a própria certificação da Mil Madeireira poderá ser cassada. Isto porque a mais recente discussão no



Madeireira é inspecionada por membros da comissão especial da Câmara dos Deputados

48
mil quilômetros quadrados da mata do estado do Pará foram destruídos, de acordo com a Greenpeace

momento entre as certificadoras do mundo é quanto a validade de madeireiras explorarem matas primárias. "Como é o caso da Mil", explicou. O alerta do ativista da maior ONG de defesa da natureza é quanto a vinda das madeireiras do Pará para o Amazonas, além das malaias WTK e KTS, esta última comprou a Amaplac.

Segundo ele, o estado do Amazonas ainda se encontra em uma situação privilegiada quanto à destruição da floresta em relação a outros estados da Amazônia. Enquanto o Pará, o maior

vilão, já devastou 48 mil quilômetros quadrados de mata, o Amazonas 27 mil. Rondônia já destruiu 48 mil quilômetros quadrados. Do total de 520 mil quilômetros quadrados destruídos da Amazônia, 11% se deu nos últimos três anos.

Os participantes do seminário farão, hoje, uma visita em campo na área de manejo florestal da Mil Madeireira. A tarde os debates seguem em torno da segurança e saúde no trabalho, com a participação da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

ABERTURA

Ibama cancela exigência da ATPF para copaíba

A superintendência estadual do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) suspendeu a exigência de apresentação da Autorização para Transporte de Produtos Florestais (ATPF) para todos os embarques de óleo de copaíba de pau-rosa. Os novos procedimentos adotados liberam a comercialização de óleo de copaíba da apresentação do ATPF, por se tratar de exploração que não exige o abate da árvore, e consideram regularizados os estoques existentes junto às usinas de pau-rosa vistoriados pelo Ibama. Os procedimentos para comercialização de estoques futuros da essência de pau-rosa ficam condicionados a ajustes a serem feitos através de portaria específica a ser discutida pela Câmara Técnica de Floresta, no dia 12, que deverá examinar a proposta encaminhada pela Associação Comercial do Amazonas (ACA).

Os novos procedimentos foram comunicados ao deputado federal Euler Ribeiro pela Superintendência Estadual do Ibama, após mobilização da ACA junto ao governador Amazonino Mendes e deputados federais. Em um documento enviado ao governador, a entidade alertava para os prejuízos acarretados para os produtores, uma vez que as exportações ficaram suspensas até a apresentação do ATPF. O documento passou a ser exigido no mês passado.

Sem o ATPF o produto é considerado ilegal e sujeito à apreensão e o detentor pode ser processado por crime ambiental, segundo a nova lei da natureza. Para obter o ATPF para o bálsamo de copaíba, o produtor precisa declarar o local de origem do produto (município, rio e localidade), e estar cadastrado no Ibama. Como a exploração é feita

por caboclos muitos estariam sujeitos a multa e prisão.

Para o pau-rosa, é exigido um inventário florestal de todas as árvores de pau-rosa e o título de propriedade, além de cumprir as exigências do corte seletivo e reserva marcada de matrizes. O inventário vai exigir um latifúndio de 30 mil hectares de floresta, a fim de permitir o corte de um mil hectares a cada 30 anos. Também é exigido o replantio da espécie em regime de silvicultura.

Os produtores tentam convencer o Ibama a permitir o plantio de um hectare de árvores de pau-rosa por ano por usineiro, liberando a extração florestal mediante corte seletivo, deixando 50 centímetros do tronco para permitir o rebrotamento; corte de árvores com diâmetro acima de 25 centímetros; e preservação de 5% de árvores matrizes como portasemente, para fins de rebrotamento e regeneração natural. Também propõem limitar e contingenciar a produção a 300 tambores/ano, o equivalente a consumo de 1.800 árvores/ano, bem como fazer campanhas educativas pelo rádio e televisão para os extratores e lenhadores.

No ofício ao governador e deputados federais, a ACA explica que os produtores e usineiros propuseram ao Ibama, no ano passado, pagar R\$ 160 por tambor exportado para que o órgão e a Embrapa fornecessem assistência técnica, estacas enraizadas, mudas e infra-estrutura botânica para essas plantações. Não houve resposta. Calcula-se que mais de 200 mil dólares já tenham sido gastos nos últimos dez anos em projetos, processos pedidos, memoriais e recursos para viabilizar a proposta de desenvolvimento sustentável. "Parece que os fundamentalistas conseguiram dominar a política ambiental da Amazônia", alerta a entidade.

Federação critica descaso empresarial

O presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira, Edson Bernardes, 42, disse que o setor está longe de ser aceitável. E por uma questão simples: a política hostil que aplica ao seu trabalhador. O que acontece em cerca de 90% das madeireiras, garante. Para ele, o trabalhador é quem está pagando a obstinação das empresas em busca da certificação, sendo tratados como mais uma ferramenta de trabalho.

Segundo ele, não diferente do que acontece em outros estados do Norte, os trabalhadores deste setor no Amazonas são tratados como verdadeiros submissos. Suspensões e até demissões por justa causa são práticas comuns das madeireiras aplicadas aos funcionários, segundo o próprio Sindicato dos Trabalhadores Madeireiros de Itacoatiara.

Para o sindicalista, a sociedade tem que repensar a prática das madeireiras e questionar se o setor está trazendo algum retorno social, além da destruição inevitável da floresta. "Mais que empregar, o trabalhador tem que ter garantido a sua dignidade" avalia, mostrando que um dos pontos a ser discutido é a questão salarial mínima aplicada ao setor, além de nenhuma reciclagem profissional. (HB)